



PLC 38/2016
00018

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA Nº - CCJ
Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2016
Aditiva

Acrescente-se ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2016, a seguinte redação:

Art. 17. Os cargos de Analista em Tecnologia da Informação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, os cargos voltados à tecnologia da informação de provimento efetivo de nível superior, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.907/2009, ficam reorganizados na Carreira de Tecnologia da Informação, no âmbito do Poder Executivo federal, com atribuições voltadas às atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle dos recursos de tecnologia da informação relativos ao funcionamento da administração pública federal, competindo-lhes:...

...§ 4º Fica estabelecida a mesma estrutura remuneratória aos detentores da GSISP de nível superior, de cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, que estão em exercício nos órgãos setoriais ou seccionais do SISP, vinculados às atividades de Tecnologia da Informação.

§ 5º Os ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo 4º terão lotação no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na qualidade de Órgão Supervisor da Carreira de Pessoal e de Logística e poderão permanecer em exercício nas unidades setoriais em que estão distribuídos, desde que verificada a compatibilidade da natureza e das atribuições previstas nos incisos de I ao VIII do art. 17.

§ 6º Todas as especificações da Carreira de Tecnologia da Informação aplicam-se a todos os cargos a que se refere o caput bem os mencionados nos parágrafos 4º deste artigo.

Art. 19 A remuneração dos cargos referidos no art. 17, é composta por:

§1º Os integrantes da Carreira de Analista em Tecnologia da Informação, referidos no art. 17, não farão jus à percepção da Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, e da vantagem pecuniária individual, de que trata a Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.

§ 2º A remuneração dos cargos integrantes da carreira a que se refere o art. 17 dar-se-á, observadas as tabelas conforme os Anexos IV e V, no padrão e classe correspondente à percebida pelo servidor na data de publicação desta Lei.



SF/16581.86884-21



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

Art. 34. Ficam extintas as Gratificações Temporárias do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - GSISP, instituídas pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que, na data de entrada em vigor desta Lei, não se encontrem concedidas ou se encontrem concedidas aos ocupantes **dos cargos a que se refere o caput e o parágrafo 4º do art. 17.**

JUSTIFICAÇÃO

Submeto as Vossas Excelências a presente proposta de emenda ao PLC 38/2016. Especificamente, a presente emenda altera os artigos do Capítulo II, que trata da Carreira de Tecnologia da Informação, da respectiva tabela de vencimento básico e de Gratificação de Desempenho de Atividade em Tecnologia da Informação – GDATI.

A presente análise leva em consideração e confronta os termos de criação da Carreira de TI com o pedido de informação sob o protocolo nº 03950.000610/2016-38, o qual questiona o quantitativo e a relação de cargos de nível superior relacionados a Tecnologia da Informação (TI) e vinculados ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE).

O Projeto de Lei teve início com a EM nº 00231/2015 de 20 de dezembro de 2016, do então Ministro do Planejamento, Nelson Henrique Barbosa Filho. Em seu item 5, descreve a importância da área de Tecnologia de Informação para o Governo Federal e para a população e a intenção de valorizar o Cargo de Analistas em Tecnologia da Informação – ATI, citando a Lei nº 11.357 de 19 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 11.907 de 02 de fevereiro de 2009, a qual institui e organiza a Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – GSISP.

Os recursos orçamentários estão previstos com base no que diz o Art. 149 e o Anexo XXX do mesmo projeto de lei 38/2016, bem como ao baixo quantitativo de acréscimo de cargos envolvidos nesta proposta de emenda. Desse modo, por se tratarem de cargos antigos, os 119 cargos vagos serão extintos e irão compor a base orçamentária para reorganização dos cargos citados na presente emenda.

Sala da Comissão, em de junho de 2016.

Senador HUMBERTO COSTA



SF/16581.86884-21